

António Ramalho Eanes

Gostaria de felicitar a Associação 25 de Abril por esta iniciativa, por entender ser seu propósito que esta comemoração recupere a memória democrática activa, capaz de nos ajudar a compreender quem somos, onde nos encontramos e o que podemos esperar.

Na verdade, só as sociedades capazes de uma reflexão filosófica sobre a sua tradição, estruturas e ideias concomitantes são capazes de transformações reformadoras oportunas, ajustadas e mobilizadoras. Só assim as sociedades são capazes de responder, com justa oportunidade, às imposições da poderosa lei universal da mudança, através de reformas racionais, e mobilizadoras.

Efectivamente, motivos há para bem-dizermos e comemorarmos Abril. Desde logo, porque, apesar do turbilhão revolucionário, cumpriu o seu grande e prometido propósito político: restituir a liberdade política aos portugueses, tornando-os, irrecusavelmente, senhores do seu destino colectivo.

Não deve, contudo, este sucesso, de indiscutível dimensão e significado democráticos, impedir-nos de tentar fazer uma honesta autocrítica, com a qual se pretenda, tão-só, mostrar – à Sociedade civil, em especial – a génese de algumas maleitas de que enferma a nossa democracia representativa. Nas palavras de Miguel Torga, “antes a incomodidade de nunca (...) esquecer [a pátria] em Álcacer-Quibir, do que a comodidade de só a lembrar em Aljubarrota.”

Feito o diagnóstico, mais fácil será encontrar terapêutas e terapêuticas, social e politicamente responsáveis.

Na verdade, incontestável é que a sociedade portuguesa mudou de forma radical nos últimos 30 anos. No entanto, apesar de uma evolução tão positiva a diversos níveis, há, ainda, algumas áreas nas quais a evolução verificada no nosso País é manifestamente insuficiente, como é o caso da educação, da saúde, da produtividade e competitividade, e do desenvolvimento social.

Quando comparamos a magnitude das mudanças ocorridas em Portugal com as ocorridas em Espanha, país que, tal como Portugal, passou, desde a queda do regime autoritário anterior, por grandes transformações políticas, sociais e económicas, verificamos que, em 30 anos, os dois países muito se distanciaram.

Um dos factores chave na evolução ocorrida em Espanha foi, e continua a sê-lo, a participação activa da Sociedade civil, e a sua responsável intercomunicação com o Estado.

Verdade é que, ultrapassada, que foi, a ebulição revolucionária, em Portugal, não se cuidou, verdadeiramente, de substituir a ancestral “cultura de autoridade e subordinação” por outra, de participação activa e de generalizada responsabilidade, que a todos – cidadãos, suas organizações, o Estado incluído – harmonicamente comprometesse.

Não se diligenciou, pois, para estimular a criação “de um espaço distinto do Estado ou do mercado”, de uma Sociedade civil que fosse capaz de formular, responsabilmente, “reclamações e exigências à esfera estatal e económica”, através, sobretudo, das suas múltiplas e interactivas organizações intermédias.

Não se terá devidamente considerado que a emancipação humana é, sobretudo, um problema de organização da Sociedade civil, já que só esta – personalizada através da sua organização, consciente e responsável – pode estabelecer com o Estado uma correcta interacção.

Preocupação manifesta, dominante, do novo regime foi, sim, a reconfiguração do Estado e do seu sistema de governo.

Sem um projecto federador que lhe conferisse unidade, desnordeado por estratégias de conflito, com rupturas críticas a 28 de Setembro, 11 de Março e 25 de Novembro, o Movimento das Forças Armadas cedo entregou, objectivamente, a sociedade civil à disputa partidária.

Os partidos políticos – em especial aqueles a quem o MFA concedera, arbitrariamente, participação no Estado e nas instituições políticas, sociais e económicas, e domínio nos meios de comunicação social (estatizados ou intervencionados pelo Estado) – puderam, assim, desenvolver estratégias de monopolização da articulação e representação dos interesses sociais, que visavam a conquista do poder, com a subalternização política do MFA.

É verdade que o MFA tentou responder a esta estratégia de cerco e aniquilamento político com o I Pacto MFA/Partidos, numa conjuntura política que lhe era taticamente favorável. Mas a acepção genética do próprio Pacto era mais institucional, ou jurídica, do que social. A sociedade civil ficava de fora.

Uma vez mais, o MFA se preocupava apenas com a distribuição do poder, esquecendo a sua formação e respectivos imperativos. Uma vez mais, ainda, acepcionava o poder como centro e essência da política, não cuidando da sua ligação com as demais realidades sociais e da sua articulação com elas.

A revolução, que inicialmente mobilizara o Povo, que prometera quebrar a longa e nefasta tradição de passividade cívica, deixara de seduzir o País. Os seus equívocos, contradições, arbitrariedades e ineficácia, cedo o cansaram, frustraram, o reconduziram à sua passividade tradicional.

No palco político, de então, só os partidos políticos eram actores estratégicos com consistência. O MFA não conseguiu criar condições que permitissem fazer da política – da sua política – um método para examinar os problemas reais do país, para os analisar, e debater, pedagógica e responsabilmente, com a sociedade civil. Antes, permitiu que a sociedade civil se tornasse mera espectadora de soluções políticas, não raras vezes, contraditórias, esquecidas da nossa realidade colectiva, interna e externa. Assim, não conseguiu, sequer, representar um projecto, económico que fosse, que retratasse com fidelidade o seu Programa e promessas, num diálogo esclarecedor e mobilizador com a Sociedade civil.

Nos momentos cruciais subsequentes ao curto e decisivo momento do acto revolucionário do 25 de Abril, o MFA nunca teve e nunca manifestou a unidade que a liderança na transformação do sistema exigia. Nunca consensualizou, internamente, um certo processo de transformação política e, talvez por isso, nunca conseguiu apelar, a uma só voz, às forças sociais (em especial da classe média). Contribuiu, assim, para inviabilizar a prometida – e seguramente necessária – nova convivência pacífica da Sociedade civil.

A própria descolonização, por culpa conjunta das elites militar e política, passou ao lado da consciência cidadã dos Portugueses. A necessária “readaptação colectiva bem sucedida ao último e acaso mais brutal

traumatismo da História portuguesa” não teve lugar. A descolonização acabou por ser uma questão apenas sentida pelas elites económica, política e militar, e exclusivamente resolvida pelas duas últimas.

Era, de novo, a aplicação do tradicional figurino político, mesmo numa situação de importância crucial para o País e para uma sociedade – a portuguesa – moderna, já, apesar de tudo. Não se reconheceu, pois, que nas sociedades modernas o poder é, no essencial, uma relação reflexiva, uma interacção em que ambas as partes – as elites e a restante Sociedade civil – “têm poder e podem exercê-lo reciprocamente em prestações selectivas” e em mútua aprendizagem positiva.

Foi realmente grave não se ter procurado, seriamente, conferir à cultura democrática portuguesa o hábito – que gerasse a tradição – da participação generalizada dos Portugueses na gestão política e social. A revolução desperdiçara, assim, a oportunidade que a legitimidade revolucionária – reconhecida e aceite pela população – lhe oferecera, de mobilizar o Povo, através de uma genuína participação democrática.

A revolução perdera, realmente, a possibilidade de introduzir na sociedade modificações que socializassem a política e politizassem a sociedade. Perdera uma desejada e necessária Sociedade civil, de liberdade na responsabilidade. Ao desperdiçar as oportunidades que a queda do regime e a criação do novo regime e sistema ofereciam, falhou a liderança no encontro com o futuro. A força das coisas não mudadas torna-se, sempre, todopoderosa.

O 25 de Novembro contribuíra, de facto, para dar supremacia aos partidos políticos e à legitimação democrática. Desde logo, pela mudança que introduziu na nossa relação com o exterior. Portugal assumiu por inteiro, a partir daí, as obrigações resultantes da sua contextualidade institucional e orgânica. Orgânica e já fatal, dada não só a nossa situação geopolítica, mas também a situação de carência económica a que chegáramos. Os nossos parceiros ocidentais logo nos pressionaram, mais, para adoptarmos, sem alterações, o seu figurino político e económico. Financiaram e apoiaram, de múltiplas maneiras, os partidos políticos que pugnavam pela adopção do modelo parlamentar.

A sociedade civil, na nova República, não só aceitava a potencial “tirania dos legisladores”, como se demitia de “defender a sociedade contra a opressão dos que a governam”. Sendo assim, natural seria que, no quotidiano dos portugueses, vindos de uma sociedade civil atomizada, de mercado individualismo, em que poucas eram as associações não tuteladas pelo Estado, re-emergissem:

1º. Velhos hábitos contrários à prática de uma responsabilidade social concretizada em, e através de, associações autónomas, quer perante o Estado, quer perante o mercado;

2º. Velhas desconfianças dos cidadãos no poder político e nos políticos;

3º. A desconfiança, se não, mesmo, a animosidade dos políticos relativamente à sociedade civil, encarando-a “como algo estranho ou oposto a si próprios”.

Assim, neste quadro, natural seria que baixos se mantivessem a cidadania e o civismo; e que os velhos estadualismo e paternalismo, agora democraticamente travestidos, reaparecessem, bloqueando “o desenvolvimento do civismo indispensável à participação social e política democrática”.

No Portugal em transição para uma democracia constitucional pluralista, os partidos políticos foram, obviamente, um elemento fundamental e indispensável. Aliás, a eles se ficou a dever o próprio recenseamento eleitoral, realizado em Dezembro de 1974. E este, dada a sua autenticidade e extensão, em muito contribuiu para alargar o corpo eleitoral, que passou a englobar todos os cidadãos maiores de 18 anos. Como a eles se ficou a dever, também, em larga medida, decisiva acção na condução e estabilização democrática do processo político em Portugal e, mesmo, no desenho e concretização – é verdade que de forma empírica e em luta entre si – dos fundamentos políticos e económicos do novo Estado.

Mas da sua autoria e responsabilidade foram também as leis eleitorais (para o parlamento e autarquias) que concretizaram o quadro partidário nacional. A esses diplomas se viriam a somar, depois, a Constituição da República Portuguesa e diversos diplomas ordinários, “nomeadamente sobre matéria eleitoral, parlamentar e a subvenção estadual”, criando regimes jurídicos que permitiram consolidar os partidos existentes, e não facilitaram a criação de novos partidos. Situação já de si preocupante, porquanto, ao limitar o aparecimento de novos partidos, se dificultava a participação potencial de todos os cidadãos na vida política e a organização da competição política mais plural, e se prejudicava a própria mobilização e expressão político-partidária de grupos sociais que não viessem a sentir-se representados pelos partidos existentes.

Desta maneira se terá prejudicado o dinamismo e adequação da relação do sistema com a infra-estrutura social.

É certo que, assim, se permitiu a adopção relativamente pacífica de medidas de importância relevante no processo político de transição e na própria configuração do novo regime. Mas não é menos certo que, ao afastarem a Sociedade civil da discussão destas magnas questões, não contribuíram para a sua organização e limitaram a sua capacidade futura de intervenção livre e responsável, o exercício da sua cidadania na nova República. Prejudicaram, além disso, o pluralismo interno nos partidos políticos e conduziram a “uma personalização cada vez maior na liderança partidária e [a]o enfraquecimento dos órgãos colectivos dos partidos. Daqui resulta também uma importância cada vez menor das mensagens políticas e ideológicas, sendo os líderes partidários mais «homens do presidente» do que do partido.”

A chamada presidencialização dos partidos reforça, na verdade, “os fenómenos de hierarquização e burocratização quase sempre existentes nos partidos.” E não se diga que tal situação se deve ao semipresidencialismo, dado este tender para soluções des-solidarizadoras e instrumentalizadoras no que se refere aos partidos políticos. “A presidencialização interna dos partidos, em Portugal, como consequência da partidarização das candidaturas” para o Parlamento e autárquicas, não só aprisionou, nos partidos, os deputados, afastando-os dos eleitores que formalmente representavam, como serviu, ainda, “de reforço às oligarquias dos partidos para impor o conformismo de opiniões.” Liquidou, assim, a tradicional relação, pessoal e politicamente responsabilizante, do parlamentar perante o eleitor.

À mediação partidária total apenas se subtraiu, formalmente, a eleição para o Presidente da República.

De tudo quanto se afirma emerge a preocupação dominante do novo regime: o estabelecimento de uma democracia representativa, em que os

cidadãos escolhem os seus representantes, através de eleições livres, disputadas sob a égide exclusiva dos partidos políticos. Acto, este, o eleitoral, cuja importância e responsabilidade não podem confinar-se ao próprio acto. Deve, este, representar e ser um compromisso sério, de irrecusável responsabilidade, quer para governantes, quer para governados.

Assim, devem os governantes exercer o poder com eficácia, em conformidade com o programa que apresentaram ao eleitorado e com as normas constitucionais, até para manterem a legitimidade.

Obrigações dos governados é, sem dúvida, continuarem, depois dos actos eleitorais, a exercer a sua indeclinável cidadania, com inteira informação e liberdade com responsabilidade.

Evidente é, contudo, que esta acção cidadã, sistemática, exige uma sociedade civil personalizada através de organizações autónomas. Ora, a verdade é que, sendo, já, relativamente numerosas, essas organizações, não só não são, ainda, suficientes, como não são, na maioria dos casos, autónomas face ao Estado. Assim sendo:

- Inviabilizada fica a prática de uma responsabilidade social concretizada através de organizações;
- As organizações poderosas no mercado, sem contrapesos adequados na Sociedade civil, adquirem um poder fáctico a que nem sempre o Estado resiste;
- A comunicação entre a Sociedade civil e o Estado, perde autenticidade e, mesmo, racionalidade;
- Assiste-se à progressiva perda de confiança dos cidadãos no poder político;
- E, as acções reivindicativas de grupos – de organizações efémeras da Sociedade civil – e a sua eventual demagogia tendem a levar os políticos a encarar a “Sociedade civil como algo de estranho ou oposto a si próprios”.

Acontecendo assim, sendo relativamente reduzido o número de cidadãos que participam, directa ou indirectamente, na tomada de decisão, a democracia real vulnerabiliza-se, pois, na verdade, não há democracia representativa real que não seja participativa, também.

Aqui residirão algumas das razões da crise, reconhecida, que defrontam as democracias representativas.

Aliás, estudos há, importantes, mesmo entre nós, sobre a crise da nossa democracia representativa. Alguns deles, de grande qualidade, são da autoria de líderes políticos. Passar da reflexão à acção é, pois, uma necessidade urgente para revitalizar a democracia representativa, através de uma remobilizada vontade dos cidadãos e suas organizações.

Importará, pois, dotar Portugal de um “sugestivo projecto de vida em comum”, de todos mobilizador, que a todos os portugueses, os actuais e os vindouros, prometa, com fundada esperança, um futuro de acrescido benefício material.

Projecto que poderia ser – já que não o é ainda – a União Europeia. Para o ser, necessário – embora não suficiente – se torna:

- 1º. Fornecer, à Sociedade civil e suas organizações, informação suficiente sobre a União Europeia, o que a precedeu, o que é, o que pretende e pode ser;
- 2º. Proceder a um debate, sistemático e esclarecedor, entre poder político (sublinho, poder político e não só Estado) e Sociedade civil (cidadãos e suas organizações intermédias) sobre o que, na União Europeia, Portugal deseja alcançar e ser (definindo, consensualmente, a partir daí, um grande propósito político nacional);

3º. Que os partidos políticos, através de diálogo interpartidário e com a Sociedade civil, acordem em estabelecer metas estratégicas, que cardealizem as políticas a adoptar, conducentes à realização do propósito político nacional, mostrando, honestamente, quais os seus custos e benefícios previsíveis, a curto, médio e longo prazo.

Sem um grande e consensual propósito colectivo, e decorrente projecto, que todos mobilize, na esperança fundada de melhores dias, difícil é manter um estado de espírito solidário e mobilizado para a realização do bem comum. No «diagnóstico» de Miguel Torga, “Não perdemos a vontade individual, perdemos a colectiva.”

Sem um propósito e um projecto, o direito irrecusável à esperança perde horizonte, a solidariedade desvaloriza-se, os cidadãos e suas organizações querelam por tudo e já, como vem acontecendo.

Sem solidariedade, os egoísmos potenciam-se e fazem medrar culturas de imediatismo e consumismo. A acontecer assim, as sociedades ameaçam deixar de ser solidárias, previsíveis, civis, isto é tolerantes e não violentas.

Mas este sugestivo projecto de vida em comum pressupõe, como condição necessária, uma intercomunicação autêntica, confiante, portanto, entre a Sociedade civil e o poder político (o Estado e os partidos políticos).

Para que tal aconteça necessário se torna que a sociedade civil não olhe o Estado com desconfiança ou mesmo inimizade, mas sim como a sua mais poderosa e indispensável instituição. Não deve pois, contrapor-se-lhe a propósito de tudo e de nada. Deve, sim, actuar com esclarecida informação e responsabilidade, sempre que possível através de organizações suas. Deve, enfim, assumir-se como uma comunidade de sentido, em que os cidadãos sejam protagonistas ou, no mínimo, espectadores activos do acontecer público.

Necessário se torna, também que os partidos políticos:

- Se distintivem “pela ideologia, pela sensibilidade, pela cultura, pelos interesses” perfilhados por estratos significativos da população.
- Se dotem de uma organização e desenvolvam um funcionamento que mereçam a credibilidade do público e do eleitorado.
- Credibilizem a real função política – o exercício do poder –, quer sejam governo, quer estejam na oposição, mantendo sempre visível e real coerência de propósitos e posições.
- Mostrem coerente empenho numa consistente reforma política que tenha por objectivo, quer descentralizar, desburocratizar, desclientelizar, quer potenciar a participação política dos cidadãos, abrindo-lhes, por isso, vias de maior protagonismo na vida pública, de maior e mais responsável controlo dos agentes políticos.
- E que, uma vez no governo, garantam que será positiva a marcha do País para as metas prefixadas, quer as decorrentes do grande propósito nacional, quer as de outra índole, apresentadas ao eleitorado.

O Estado, por seu lado, não deve deixar isolar-se da sociedade – que lhe cabe servir com empenho, eficácia e informada clareza – repudiando tentações de se contrapor ou identificar com ela. Tudo deve fazer para que tenha “prestígio, autoridade, influência e, mais radicalmente, capacidade activa de estabelecer relações de ordenação e sentido, de orientação e direcção, de organização e significação”. Princípios seus devem ser sempre – sempre e sem concessões demagógicas – a lucidez, a capacidade de julgamento, de decisão e acção, e o diálogo pedagógico e mobilizador com a sociedade.

Para tanto tentar conseguir, terá, o Estado, de providenciar para que a informação e a participação da Sociedade civil sejam, sempre, completas e oportunas. Propósito grande e necessário, este, que exige como condição fundamental (mas não, obviamente, suficiente):

- Em primeiro lugar, alterações na estrutura do actual modelo de desenvolvimento, de há muito, em crise manifesta.
- Em segundo lugar, uma reforma educativa, que, além de proporcionar a todos os cidadãos conhecimento e estruturas de resposta às diferentes situações, promova a socialização da política.
- Em terceiro lugar, uma comunicação social, do Estado e da Sociedade civil, liberta de corruptivos interesses particulares, capaz de oferecer aos cidadãos informação completa e opinião pluralizada.
- Em quarto lugar, uma reforma administrativa, que vise e consiga uma nova Administração, generalizadamente competente, partidariamente neutra, civicamente atenta e responsável, que leve os cidadãos a sentirem-na democraticamente sua.
- Em quinto lugar, um Governo e uma Administração abertos (Sabido é que o direito à informação não existe, verdadeiramente, quando, numa sociedade como a portuguesa, o Governo e a Administração não são legalmente obrigados a publicar todas as informações sobre a sua actuação).
- E, em sexto lugar, a abertura do Conselho Económico e Social à participação de associações cívicas, a par de associações sindicais e empresariais.

A vida e o mundo, todos o constatamos, estão cada dia mais globalizados; mais interdependentes, mais interactivos. A mudança – a mudança de sempre na vida do homem, das suas organizações e do mundo – é hoje maior e mais acelerada. E é, como sempre foi, uma ameaça e um desafio. Ameaça para os povos que não sabem ou tardam a responder-lhe. Desafio para os que, com a sua organização e competência, percebam e aproveitem as oportunidades oferecidas ou saibam, eles mesmos, criar oportunidades para se modernizar, competir, desenvolver – enfim tornar-se mais prósperos e mais civis.

Responder à vida e ao mundo, em globalização e mudança, crescentes e aceleradas, exige uma acção de sistemática competência e concertação entre a Sociedade civil, o sistema político e o Estado. Só ela nos permitirá afastar a decadência que se manifesta sempre que a geração presente não soube, ou não quis, aumentar o património colectivo a deixar às gerações vindouras.

Porque, nas palavras de Torga, “o presente apenas se justifica na esperança do futuro. (...) a juventude é precisamente o futuro, na medida em que só ela o tem nas mãos.” É nosso dever – é dever imperativo de todos aqueles que têm consciência de que muito há ainda por fazer – ajudar a juventude a melhor construir o seu mundo, o mundo de hoje, e, sobretudo, o de amanhã.